



GT 053. Políticas patrimoniais, conservadorismo político e os novos desafios da antropologia

Simone Pondé Vassallo (Universidade Federal Fluminense, Departamento de Antropologia) - Coordenador/a, Patricia Silva Osorio (UFMT) - Coordenador/a, Renata de Sá Gonçalves (Universidade Federal Fluminense) - Debatedor/a, Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO) - Debatedor/a

Nos anos 2000, as políticas de promoção do patrimônio imaterial propiciaram a chegada de novos atores no campo do patrimônio, como os chamados detentores, bem como a ampliação da participação dos antropólogos nessas esferas. Várias práticas de grupos subalternizados foram reconhecidas como patrimônio nacional e se beneficiaram de recursos públicos, contribuindo ativamente para as suas lutas por direitos. No entanto, com a mudança política ocorrida em 2016 e com o aumento das forças conservadoras, vários programas de democratização do patrimônio foram reduzidos ou mesmo interrompidos. Além disso, setores conservadores começaram a atuar mais diretamente nas práticas patrimoniais, gerando inúmeros impactos. Nesse contexto, no âmbito das atividades propostas pelo Comitê de Patrimônios e Museus da ABA, o presente GT busca refletir sobre as seguintes questões: quais os impactos das novas políticas patrimoniais e do aumento das forças conservadoras nas diferentes situações etnográficas e na atuação dos órgãos públicos voltados para o patrimônio? Quais os desdobramentos dessas novas políticas na própria pesquisa antropológica? Qual o papel do antropólogo como mediador entre essas diferentes esferas? Com o intuito de ampliar a reflexão para as diversas formas de atuação dos antropólogos, o GT se propõe a acolher trabalhos tanto dos que estão inseridos na academia quanto os dos que atuam em órgãos governamentais.

Agentes do patrimônio em ação: entre o conhecimento especializado e as práticas estatais na construção dos patrimônios imateriais

Autoria: Diana Dianovsky

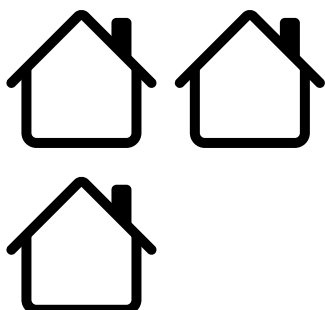
Nas últimas décadas, ocorreu uma ampliação no campo das políticas de patrimônio cultural, principalmente, a partir da inclusão dos chamados "patrimônios culturais imateriais". São bens culturais relacionados aos modos de viver, saberes, celebrações e expressões artísticas de diferentes comunidades antes alijadas das narrativas de identidade nacional. Para operar esses novos processos patrimoniais, foram recrutados (nem tão) novos profissionais, em particular, antropólogos. O objetivo desta apresentação é introduzir as primeiras análises das entrevistas realizadas com esses agentes em que se coloca em questão a relação entre o fazer antropológico e a fabricação do Estado por meio de ações governamentais relacionadas às políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial. As entrevistas foram realizadas desde fins de 2017 com servidores públicos aprovados em concurso para o cargo de Técnico em Ciências Sociais ou Antropologia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan/Brasil), tendo como base para esse diálogo o mapa mental da tese de doutorado que ora desenvolvo. Esta pesquisa centra-se numa abordagem de etnografia das instituições e, em particular, da burocracia, não se tratando de análise sobre ethos ou identidade profissional. Navegando entre formação acadêmica, atuação profissional, tecnologias de governo, estruturas estatais, cultura institucional, ética, prática, cidadania e redes de relação, esses novos atores colocam em ação o processo de patrimonialização de bens culturais imateriais por meio de um conhecimento especializado. Esse sobrevoo inicial pelos elementos etnográficos já reunidos me permitiu problematizar e adensar certas concepções presentes na literatura sobre o "ofício do antropólogo extramuros", colocando em perspectiva



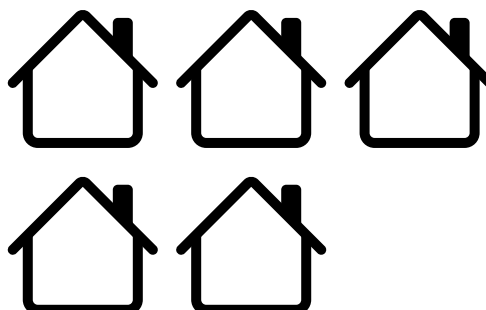
noções como ?mediação? e ?ética? e percepções sobre ?tempo? e ?campo?. Se, de forma geral, antropólogos foram recrutados para as carreiras e cargos da administração pública a fim de atenderem às demandas por políticas públicas voltadas para povos e comunidades tradicionais ? e respaldadas pela Constituição Federal de 1988 ?, a postura reflexiva adquirida na formação antropológica não só atende a essa atuação do Estado, mas também o transforma na medida em que esses profissionais buscam compreender as estratégias de ação, performances, discursos e visões de mundo dos diversos atores que compõem aparelho estatal. Portanto, neste diálogo com o ?público-alvo? das políticas patrimoniais, a sociedade civil, academia e demais gestores, estes antropólogos propõem diferentes práticas para o ?fazer Estado?. Com essa análise, pretendo adicionar um novo relevo à compreensão da construção do Estado por meio das políticas de patrimônio cultural imaterial e da produção da antropologia no atual contexto.



Realização:



Apoio:



Organização:

